



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

MEMÓRIA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2021

Data: 03/02/21 - Quarta-feira

Horário: 14h:30 às 18:00 min

Local: Realizada por videoconferência por meio do aplicativo Zoom Meeting.

1. Presença de representantes da Secretaria de Saúde do distrito federal – SES/DF, para responder aos questionamentos enviado por meio de convite ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde, Sr. Osnei Okumoto;
2. Presença do representante da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF, Excelentíssimo Senhor Secretário de Transporte e Mobilidade, Sr. Valter Cassimiro Silveira, para responder aos questionamentos enviado por meio de convite;
3. Aprovação da memória da 1ª Reunião Ordinária de 2021;
4. Observação à devolutiva da SEMOB/DF quanto ao Requerimento n. 02/2021 e refazer a solicitação ajustando melhor os objetos solicitados;
5. Discussão acerca da realização de uma oficina para capacitar os conselheiros sobre o uso do portal da transparência e a criação de um grupo de trabalho do CTCS para acompanhar com mais efetividade o portal da transparência,
6. Avisos Gerais.

Reunião presidida: Cícero Roberto de Melo – Agenda 21, presidente do CTCS, Cícero Roberto de Melo, e **coordenada** por Loyane Corrêa Martins – Secretária Executiva do Conselho de Transparência e Controle Social - CTCS.

Ouvintes:

Ana Luiza Noronha

Rejane Vaz _ Subcontroladora de Transparência e Controle Social (CGDF)

Nathalia Monici – Representante da Comissão de Saúde da OAB/DF

Karla Lustosa de Mello Carvalhal

Fernando Hérík _ Representante da SES/DF

Cássio Peterka _ Representante da SES/DF

Geandro Dantas _ Representante da SES/DF

Petrus Sanchez _ Representante da SES/DF

José Eudes _ Representante da SES/DF

Valter Cassemiro _ Secretário de Transporte e Mobilidade (SEMOB/DF)

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

	ENTIDADE	REPRESENTANTE		03/02/2021
1	Associação Brasiliense de Imprensa - ABI	Titular	Carlos Augusto Santos Assumpção	FJ
		Suplente	Wanderval Calaça de Mendonça	-
2	Agenda 21	Titular	Cícero Roberto de Melo	P
		Suplente	José Ferreira Simões	-
3	Conselho Regional de Economia do DF - CORECON	Titular	Jucemar José Imperatori	P
		Suplente	Maria Cristina de Araújo	-
4	Conselho Regional de Contabilidade - CRC	Titular	Bruno Chaves da Silva	P
		Suplente	Paulo César de Melo Mendes	-
5	DF em Movimento	Titular	Guilherme Alves Carvalho	P
		Suplente	Jovita José Rosa	-
6	Federação da Agricultura do DF - FAPE	Titular	Sandra Moreira Padilha Vitoriano	FI
		Suplente		-
8	Federação de comércio do DF - FECOMÉRCIO	Titular	Célio Ferreira de Paiva	P
		Suplente	-	-
9	Federação das Indústrias do DF - FIBRA	Titular	-	-
		Suplente	Leila Daniella Rodrigues Ferreira	P
10	Instituto de Fiscalização e Controle - IFC	Titular	Laura Karoliny Nogueira	P
		Suplente	Calebe de Mello Cerqueira	-
11	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - DF	Titular	Thiago Holanda Barbosa	-
		Suplente	Elise Eleonore de Brites	P
12	Observatório Social de Brasília - OS Brasília	Titular	Luis Fernando Ferreira Costa	P
		Suplente	Flávia Lemos Sampaio Xavier	-
PRESENTE (P)				8
Faltas Injustificadas (FI)				3
Faltas Justificadas (FJ)				1

Comentado [ALNdC1]: Confirmar conselheiros que tomaram posse da FAPE

Observação: as presenças são contabilizadas por instituição.

Reunião e encaminhamentos

A reunião iniciou com as palavras do presidente do CTCS e representante da Agenda 21, Cícero Roberto de Melo, dando boas-vindas a todos os convidados da reunião.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

1. Presença de representantes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

O Observatório Social, organização da sociedade civil responsável pelo requerimento 01/2020, representado pela Flávia Lemos, introduziu o tema em relação ao plano de vacinação do DF. Havia vários questionamentos em relação a como seria realizada o plano de vacinação e o Conselho de Transparência e Controle Social convocou os representantes da Secretaria de Saúde para ter noção de como esse plano aconteceria e também para garantir a transparência e o controle social em relação ao tópico.

O conselheiro Jucemar Imperatori, representante do CORECON-DF, e Cícero relembram que na data em que o requerimento foi elaborado, a vacina ainda não estava aprovada e tinham muitas incertezas quanto ao funcionamento do plano de vacinação.

Fernando Hérick, representante da Secretaria de Saúde, esclareceu que o plano de vacinação já está sendo pensado desde agosto de 2020 em relação à logística de salas de vacinas e insumos. Foi instaurado um comitê técnico com agentes da vigilância sanitária e da Secretaria para dar mais eficiência ao processo. No dia 18 de janeiro a Secretaria recebeu o primeiro lote de vacinas contendo 99.690 doses, que passaram a ser distribuídas no DF no dia 19 de janeiro. Até o dia da reunião 03/02/2021 aproximadamente 76.000 vacinas já tinham sido distribuídas.

O plano de vacinação nacional está dando mais autonomia para os Estados e o Distrito Federal. Como a imunização das pessoas mais vulneráveis precisaria de cerca de 200.000 doses, foi necessário que a secretaria rearranjasse o plano de quem e de como priorizar as doses. Também existe um comitê técnico que está tomando essas decisões.

Depois dessa apresentação, a reunião seguiu para que os representantes respondessem as seguintes perguntas:

- a) Como foi o processo de elaboração do plano de vacinação e qual foi a equipe técnica que o elaborou e quais as instituições locais que participam?
- b) Por que o GDF optou por seguir o plano federal e decidiu por não elaborar e implementar um plano próprio com mais autonomia e particularidade local?
- c) Detalhamento do plano de vacinação, tais como:
 - Quais profissionais implementarão o plano de vacinação?
 - Existe capacidade e capacitação desses profissionais (haverá contrato temporário de outros profissionais ou realocação de outras áreas da saúde sem comprometer o atendimento atual)?
 - Existe a possibilidade de priorizar outros grupos em situação de risco?
- d) Caso já tenha iniciado o processo de vacinação até o dia 03 de fevereiro, que avaliação o Senhor Secretário faz sobre a aplicação e quais as ações de melhorias no processo?

Eudes, da Secretaria de Saúde relembra a eficiência do plano de vacinação em anos anteriores e fala que um dos fatores limitantes é a produção de vacinas, visto que temos apenas 2 centros de laboratórios produtores, os laboratórios de Manguinhos e do Butantã. Considerando a eficácia do plano nacional em campanhas anteriores, foi deliberado de manter o plano nacional ao invés de montar um plano próprio.

O representante Cassio falou sobre o comitê técnico do Ministério da Saúde e de que

Comentado [ALNdC2]: Voltar aqui e conferir esses números
22:00 min



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

a secretaria preferiu seguir à risca as recomendações do Comitê ao invés de criar um plano próprio.

Eudes também esclareceu que já existem 136 salas de vacinação nos postos de saúde, profissionais disponíveis e condições de aplicação e armazenamento que suprem as necessidades da maior parte das vacinas que estão sendo fabricadas, com exceção da vacina da Pfizer. A maior incerteza em todo o processo foi o do número de doses que os DF receberia e o laboratório que disponibilizaria a vacina. A equipe que foi escolhida e capacitada para realizar as primeiras vacinações são as que já exercem trabalho dentro da Secretaria de Saúde

Com o anúncio da vacina e das doses que o Distrito Federal receberia, o comitê técnico do Ministério da Saúde lançou uma nota dando as recomendações da população que deveria ser priorizada sendo esses: 34% dos profissionais de saúde, todas as pessoas com 60 anos ou mais institucionalizadas, todas as pessoas com deficiência institucionalizadas e a população indígena vivendo em terras indígenas. A decisão tomada pela Secretaria de Saúde foi a de imunizar os grupos indicados pelo comitê técnico do ministério e ao invés de imunizar 34% dos profissionais de saúde, priorizar todos os da linha de frente do enfrentamento ao COVID, ou seja, os alocados nas UTIs, nos prontos socorros, nas enfermarias de COVID dos hospitais e os que estavam atendendo na atenção primária à saúde.

Ao longo dos dias o GDF também recebeu 45000 doses da AstraZeneca que destinaram aos outros profissionais da saúde que não estavam no primeiro grupo. O terceiro lote de vacinas foi destinado aos idosos com mais de 80 anos. A tendência é agregar uma maior faixa de idosos vacinados ao longo do período em que novas doses forem sendo liberadas.

Assim que a primeira fase for concluída, a tendência falada pelo ministério da saúde é a de iniciar a segunda fase de vacinação imunizando os profissionais de segurança, os profissionais da educação, caminhoneiros e funcionários de transporte público. Essa segunda fase será analisada mais uma vez pelo comitê técnico do DF baseado no número de doses que serão disponibilizadas para o DF.

O conselheiro Jucemar Imperatori sugeriu de trazer maior transparência de quantas pessoas estão sendo vacinadas dentro desses subgrupos criados pela Secretaria de Saúde do DF para melhorar a fiscalização e evitar que furem filas.

Existem alguns entraves no sistema de informação que pela alta demanda e o grande número de acessos, tem ficado bem instável. Também é um sistema automatizado que não permite que essas informações sejam registradas dessa forma. Nessa primeira fase, como o sistema não permitiu isso, foram encaminhadas uma relação de nomes que cumpriam os requisitos para receber a vacina.

A conselheira Flávia falou sobre a alta demanda em algumas UBSs, a dificuldade de encontrar banheiros, o problema das filas e das aglomerações durante a espera da aplicação da vacina enquanto que em outras Unidades Básicas de Saúde estavam praticamente vazias. Ela sugeriu haver uma realocação de servidores para realizar esse serviço afim de otimizar a vacinação. A conselheira também fez as seguintes perguntas para tentar construir de uma melhor forma esse processo de imunização coletiva:

- a) Quais as providências da Secretaria de Saúde do DF?
- b) Após os fatos registrados nesses primeiros dias de vacinação, haverá providências de agendamento a exemplo do oferecido pelo estado de SP?



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

- c) Por que não se implementou a vacinação progressivamente em subgrupos prioritários, como ocorreu no estado do Rio de Janeiro? Haverá providências nesse sentido para os próximos a serem vacinados?
- d) A secretaria de saúde planeja dar transparência à lista com os nomes dos cidadãos já vacinados, para maior controle social? Embora sejam dados pessoais, sabemos que a regra é a transparência quando o interesse é público é prioritário.

O conselheiro Cícero pediu para que os secretários relatassem quais são as lições aprendidas durante esses primeiros dias de vacinação.

Os conselheiros Jucemar Imperatori e Luís Fernando Costa perguntaram por que esse planejamento não foi feito anteriormente. As vezes parece que estamos esperando os erros acontecerem ao invés de tentar planejar e antecipar algumas situações ruins.

Secretário-adjunto de Assistência à Saúde Petrus Leonardo Barron Sanchez reconheceu que existiram falhas, mas que ao mesmo tempo houve planejamento em uma situação extremamente atípica. O amadorismo sim acontece e há a necessidade de mudança. Mas já houveram alterações nos horários de vacinação de idosos por perceberem que não é efetivo. Além disso foi implementado o telecovid já no primeiro dia devido ao congestionamento das linhas telefônicas. As próximas questões que estão em via de serem homologadas são os agendamentos da aplicação das vacinas e também o aumento dos drive-ins que também tem a possibilidade de vacinação a pé para aqueles que não possuem carros. As vacinações por ordem alfabética também já foi algo que foi constatado que não dá certo em Brasília em campanhas passadas.

Outras questões que estão sendo analisadas para fazer parte do plano de imunização:

- O autódromo está sendo estudado para ter um drive-in implementado.
- Os dias de vacinação começarão nas terças feiras e a partir das 8am.

A conselheira Elise Brites informou que a OAB encaminhou um ofício para o GDF disponibilizando a caixa de assistência do advogado e que se precisarem também pode ser um polo de vacinação. Existe ainda uma demanda por transparência sobre o número de vacinas recebidas, quantas doses já foram aplicadas, quais são os grupos prioritários e etc. Apesar de saber que a comunicação nesse momento está difícil, isso ainda precisa ser replicado para o resto da população de Brasília, tudo isso respeitando as LGPDS (lei geral de proteção de dados) para não gerar outros problemas de ordem social

O conselheiro Guilherme falou sobre ainda estarmos muito reféns dos planos do governo federal e gostaria de entender se isso é uma decisão do comitê técnico, do Governo do DF ou da secretaria de saúde. Como continuar o plano? Com os gargalos que existem no ministério da saúde ou com um plano próprio? Já que o STF já autorizou uma autonomia dos estados em relação aos planos de vacinação. Como o governador Ibaneis Rocha está planejando se posicionar em relação a campanha de vacinação? Ele planeja publicamente incentivar e mobilizar publicamente os órgãos e a população do DF a se vacinarem? A ausência do governo deixa o público e os conselheiros inseguros.

O subsecretário falou que já existem dados em relação a transparência, questionados pela conselheira Elise. Em relação à autonomia do Distrito Federal no plano de vacinação, o



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

secretário relembra que adotar essa estratégia é não obedecer e ir contra todo o projeto do SUS. Isso pode resultar por exemplo em estados brigando pelas doses de vacinação, o que aumentaria a procura e o preço das vacinas e também um favorecimento das populações de Estados mais ricos ou incentivando práticas como as do turismo vacinal. O plano nacional de vacinação é um plano mais estratégico, enquanto o do DF tem um papel mais operacional e prático.

A conselheira Flávia falou sobre a alta demanda dos leitos de UTI no estado de Goiás e queria saber se assim como há um planejamento para lidar com os leitos de UTI, se a Secretaria já está pensando em como lidar com a população de outros estados que por ventura podem vir a querer se vacinar no DF. Como será feito esse controle?

O secretário explicou a dinâmica de mobilização e de desmobilização de recursos durante as fases da pandemia. Assim como foi necessário criar leitos, também foi necessário desmontar os hospitais de campanha e remanejar leitos por uma questão econômica e também por uma questão de lidar com o fluxo normal de pacientes dos hospitais.

Outro fato que o secretário veio esclarecer foi em relação ao efeito que o planejamento da secretaria de saúde fez, que resultou em uma eficiência e um número muito bom de cirurgias feitas pela rede pública, mesmo durante a pandemia.

Depois dessas colocações o presidente do conselho agradeceu a presença e todos os esclarecimentos prestados pelo subsecretário de saúde e prosseguiu com a pauta da reunião.

2. Presença do representante da Secretaria de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF.

O secretário de transporte e mobilidade do DF, Valter Cassimiro, se apresentou e falou sobre o compromisso da Secretaria tanto em melhorar a mobilidade de Brasília como também o de construir em conjunto com o CTCS.

O presidente introduziu a pauta falando sobre as novas responsabilidades em relação à frota de transportes públicos do DF e relembrou os questionamentos que estavam no convite feito pelo conselho para o subsecretário de mobilidade.

- Quais as razões que justificam o GDF assumir esta responsabilidade?
- Qual o plano e quais são os indicadores e as metas assumidas pelo GDF?
- Qual estrutura é necessária para controle e fiscalização desta nova responsabilidade, bem como, os custos e benefícios advindos da assunção desta gestão do transporte público metropolitano constante da RIDE.

O subsecretário começou falando sobre o convênio entre o GDF e a ANTT em que tinha como um dos planos viabilizar uma linha de transportes férreos, hoje operado pela empresa SA, entre Valparaíso de Goiás e o DF. O trâmite estava bem encaminhado até que a Secretaria de Economia informou que uma das empresas centrais no processo, a CBTU, tinha entrado em processo de extinção e não iria mais assumir novos projetos. Durante essas conversas a ANTT solicitou que o GDF passasse a gerenciar o transporte semiurbano que liga



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

o DF e o estado de Goiás. Esse projeto já tinha sido solicitado desde 2014 e o argumento principal para isso era que a Agência não tem essa experiência de gestão em transportes urbanos. Na visão do secretário isso seria benéfico para os dois sistemas. O sistema do semiurbano não chega a atingir toda a RIDE, o que passaria para a gestão do GDF seriam as linhas semiurbanas de ônibus que funcionam como se fossem municipais.

Com isso foi feito um grupo de trabalho para passar as ordens de serviço e para que o DF realize um plano que consiga suprir a demanda dessas linhas. Também para que elas sejam concedidas por processo de licitação, ao contrário do que acontece hoje que as linhas do entorno do DF funcionam a base de autorizações precárias.

Um exemplo que o secretário deu foi a de otimização dos sistemas de transporte. Nos horários de pico, as linhas estão cheias, mas durante o resto do dia elas poderiam ser remanejadas para atender a outras demandas da mobilidade urbana, otimizando o transporte, dando mais utilidade às linhas, diminuindo o custo de manutenção das linhas e por consequência abaixando a tarifa dos dois sistemas. Dessa forma o custo para o passageiro e para o governo diminui. Além disso é possível fazer um monitoramento mais eficiente das empresas. O GDF ainda não tem a gestão do sistema, por enquanto estão sendo montados comitês técnicos com agentes da ANTT, do GDF e também do Goiás para participar desse processo de mudança.

O conselheiro Jucemar Imperatori questionou o secretário em relação a aumentar a responsabilidade do GDF em relação ao gerenciamento do sistema de transporte urbano sendo que a qualidade do sistema ainda no DF é muito ruim. Além disso, a agência reguladora se retirar da função de ser fiscalizadora e vai contra o próprio princípio da agência. Outro questionamento feito foi que no convênio há uma parte que fala sobre a inexistência de custo para as partes, sendo que não fica claro como isso seria feito sem um custo para as partes.

O secretário falou sobre a transferência de valores que pode existir durante o convênio e explicou que devido a estrutura de fiscalização e de gestão que o GDF possui, não necessariamente haverá necessidade de aumentar os gastos. Como a logística de mobilidade é muito dinâmica, o ideal é ter alguém perto e que conhece as peculiaridades do local para fazer essa fiscalização.

O conselheiro Luís Fernando Costa falou sobre a preocupação de o GDF assumir uma responsabilidade que provavelmente trarão custos adicionais para o governo. Um exemplo dado foi o próprio grupo de trabalho que o secretário se referiu. O que aconteceu que o GDF achou que seria atrativo lidar com essa responsabilidade? Por que a sociedade civil não participou dessa decisão?

O subsecretário falou sobre a otimização das linhas que resultaria na diminuição dos custos. Apesar de ser mais trabalhoso, o secretário falou sobre como é importante termos esse cuidado com a população do entorno já que essas pessoas geram renda para o DF. Melhorar a qualidade de vida dessas pessoas também é cuidar do GDF.

O conselheiro Guilherme perguntou se há o plano de ter uma conversa com o governo de Goiás em relação aos subsídios (principalmente para idosos e estudantes) já que não é função do GDF decidir ofertar esses benefícios para a população de outro Estado.

O subsecretário falou que ainda não é possível fazer essa integralização dos sistemas. Também reforçou que o projeto do trem que faz o transporte do entorno para o DF não foi abandonado. A Secretaria tem procurado dar continuidade junto com a o Metrô do DF, mas



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

ainda não encontraram empresas que queiram explorar esse serviço.

A conselheira Laura reforçou a fala dos outros conselheiros perguntando o por que vamos assumir uma responsabilidade sendo que não conseguimos cuidar nem das nossas próprias demandas. A conselheira relatou a falta de funcionários do metrô, deixando as catracas abertas e prejudicando a arrecadação e também a falta de álcool em gel sendo que ainda seguimos em pandemia. Também falou sobre a preocupação do próprio secretário do meio ambiente em relação a poluição que tem como um dos fatores os gases emitidos por ônibus e automóveis.

O secretário também deixou claro que o sistema de pagamento segue o mesmo independente da mudança da gestão. Além disso, relembra que existem limitações legais que impedem que o GDF tome atitudes sem que isso passe pelo poder legislativo. Um exemplo disso é o de dar subsídio para a população de um outro estado.

Com o fim das perguntas, o presidente do conselho agradeceu a presença do subsecretário e encaminha a reunião para a próxima pauta.

3. Aprovação da memória da 1ª Reunião Ordinária de 2021

A memória da reunião foi aprovada por unanimidade.

4. Observação à devolutiva da SEMOB/DF quanto ao Requerimento n. 02/2021

Em relação a devolutiva, haverá o ajuste do documento e a discussão pelo grupo do WhatsApp. Depois darão encaminhamento e enviarão o documento para a SEMOB.

5. Discussão acerca da realização de uma oficina para capacitar os conselheiros sobre o uso do portal da transparência

O conselheiro Guilherme explicou rapidamente a proposta da oficina para a capacitação que a CGDF vai realizar para os conselheiros. Ele também sugeriu que ela aconteça em um dia a parte da reunião do CTCS e aberta a comunidade. Todos os conselheiros concordaram com essa proposta.

6. Avisos Gerais

O conselheiro Luís também falou sobre a falta de divulgação e de acesso do público às reuniões do CTCS. Pediu que aconteça um esforço para que os vídeos sejam divulgados.

A subcontroladora, Rejane Vaz esclareceu que existem entraves em relação ao número de inscritos no canal do youtube que não permitem a transmissão ao vivo, mas que já estão sendo feitos testes para que isso aconteça na próxima reunião do CTCS.



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Controladoria Geral do Distrito Federal

Conselho de Transparência e Controle Social do Distrito Federal - CTCS

O presidente do Conselho agradece a presença de todos e encerra a 1ª reunião Extraordinária do ano de 2021 às 18h00 min.